


Diretor: Delmiro Carreira

Diretores Adjuntos: Aníbal Ribeiro, Carlos Marques, Horácio Oliveira, Teixeira Guimarães e Tomaz Braz

Setor financeiro europeu

Sindicatos apontam vias para sair da crise

16

Novo ano
de caminhadas

10

Aumento
do salário mínimo
beneficia milhares
de pensionistas



17 SBSI – Bancários do Sul e Ilhas

20 SISEP – Profissionais de Seguros

22 STAS – Actividade Seguradora

25 SBC – Bancários do Centro

28 SBN – Bancários do Norte

Ficha Técnica

Propriedade:

Federação do Setor Financeiro
NIF 508618029

Correio eletrónico: revista.febase@gmail.com

Diretor:

Delmiro Carreira – SBSI

Diretores Adjuntos:

Aníbal Ribeiro – SBC
Carlos Marques – STAS
Horácio Oliveira – SBSI
Teixeira Guimarães – SBN
Tomaz Braz – SISEP

Conselho Editorial:

Firmino Marques – SBN
Jorge Cordeiro – SISEP
Patrícia Caixinha – STAS
Rui Santos Alves – SBSI
Sequeira Mendes – SBC

Editor:

Elsa Andrade

Redação e Produção:

Rua de S. José, 131
1169-046 Lisboa
Tels.: 213 216 090/062
Fax: 213 216 180

Revisão:

António Costa

Grafismo:

Ricardo Nogueira

Execução Gráfica:

Xis e Erre, Lda.
xer@netcabo.pt
Rua José Afonso, 1 – 2.º Dto.
2810-237 Laranjeiro

Tiragem: 61.410 exemplares (sendo
5.410 enviados por correio eletrónico)

Periodicidade: Mensal
Depósito legal: 307762/10
Registado na ERC: 125 852



DOSSIÊ | Setor financeiro europeu

Sindicatos ativos na recuperação do sistema

4

A importância do diálogo social

7

SINDICAL | CGD

Alterações no AE da CGD

8

SINDICAL | Secretariado

Contratação e sindicato único dominam
Secretariado da Febase

9

ATUAL

Mais de 3.000 pensionistas sobem rendimento

10

CONTRATAÇÃO | Seguros

Novo ACT já publicado

11

QUESTÕES | Jurídicas

Atividade sindical na empresa
- o caso dos delegados sindicais

12

TEMPOS LIVRES | Nacional

Ano intenso de atividades desportivas

15

Vamos caminhar?

16

NOTA DA REDAÇÃO

A revista Febase recebeu uma carta de António José Santos Correia da Silva, sócio n.º 21 704 do SBN, na qual manifesta o seu desagrado pela manchete da capa da edição n.º 59, de janeiro de 2016, que dizia "Adeus Banif, olá SBT – Postos de trabalho salvaguardados". A carta, ou parte dela, será publicada na revista de março, com os comentários da Direção.



Aníbal Ribeiro

Até quando continuará esta vergonha?
Ninguém é responsabilizado, ninguém
é preso. A culpa dos grandes demora sempre
uma eternidade a ser apurada
e morre quase SEMPRE solteira!

Sistema bancário: nunca há culpados?

Nos últimos sete anos, entre 2008 e 2015, o Estado Português – e através deste, os contribuintes – já gastou em apoios aos bancos (BPN, BES, BPP, Banif) qualquer coisa como 20 mil milhões de euros. Ou seja, mais de 11% do PIB Português!

Até quando continuará esta vergonha? Ninguém é responsabilizado, ninguém é preso. A culpa dos grandes demora sempre uma eternidade a ser apurada e morre quase SEMPRE solteira!

Conceituados banqueiros internacionais já mostraram por diversas vezes que veem com enorme preocupação a triste situação a que chegámos. Apontam caminhos com preocupações sociais – entenda-se trabalhadores – aos nossos políticos, gastam muito tempo... sem levar a conclusão nenhuma.

Recentemente, a Direção-Geral da Concorrência (DGCom) da Comissão Europeia assumia o adiamento da venda do Banif ao anterior Governo, para não perturbar a saída limpa do programa de assistência. Na realidade, entenda-se como uma ocultação da real situação em que se encontrava a instituição financeira, por clara iniciativa governamental. Não terá sido este tipo de cumplicidade que arrastou também o BES por um período de ilusões que vitimou tantas poupanças de portugueses, cá e fora do País?

Também o Banco de Portugal, entidade reguladora não se sabe bem de quê, teve nos dois últimos governadores elementos que nada fizeram no sentido de regular e fiscalizar a banca em Portugal. Pode-se perguntar: o que fez o governador do Banco de Portugal?

Já se viu que o modelo não serve e não é fiável! Qual será o próximo banco a ser intervencionado?

Por muito esforço que este País faça – principalmente os trabalhadores bancários e o povo – assim não vamos lá!

É preciso substituir estes “desgovernadores”, implementar mecanismos necessários para que esta VERGONHA, pelo menos com esta frequência e impunidade, termine.



A crise económica provocou profundas transformações no setor financeiro, tanto na banca como nos seguros. A UNI Finanças tem a sua própria interpretação dos acontecimentos e centra a atuação no combate ao desemprego e no diálogo social

Textos | Pedro Gabriel

Sindicatos ativos na recuperação do sistema

O impacto da crise económica obrigou vários setores a reorganizarem-se e o das finanças não foge à regra, colocando desafios constantes a todos os seus intervenientes. São esses desafios que obrigam a uma reflexão sobre os caminhos que foram tomados e aqueles que ainda estão por tomar para garantir a necessária sustentabilidade do sistema bancário e segurador.

O mundo sindical não se coloca de parte nesta discussão, tendo um papel ativo em várias frentes e contribuindo para

um diálogo social salutar, sempre na defesa dos trabalhadores e de um crescimento económico sustentável.

CONTEXTO MACROECONÓMICO

Importa perceber, acima de tudo, o que tem sido o mundo económico-financeiro nos últimos tempos.

O ano de 2014 começou com otimismo. A crise na zona euro parecia estar sob controlo e a recuperação de duas das

maiores economias mundiais, Estados Unidos da América e Japão, era eficaz. Mesmo com os sinais de advertência em países emergentes e a desaceleração na Alemanha, os resultados eram surpreendentes.

No entanto, toda a atenção se centra na China e Japão, cujas dificuldades acabam por repercutir-se em todo o mundo. A queda do iene, bem como a desaceleração do comércio externo para a China, afetam as economias mais expostas ao crescimento mundial, sendo a Alemanha um bom exemplo.

O FMI reviu em baixa o crescimento mundial em 2014 e 2015 e apesar do impacto positivo da queda do petróleo, o crescimento da zona euro é fraco.

A retoma do crédito, ainda que com todos os riscos relacionados, podia estimular as economias afetadas pelas políticas de austeridade. No entanto, as incertezas da época em que vivemos não são propícias à tomada de riscos. As políticas de apoio por parte do BCE esbarram na dificuldade em canalizar esforços para a produção e para os serviços.

Uma parte importante da liquidez posta à disposição encontrou refúgio nos mercados financeiros, o que favorece a queda das taxas das dívidas soberanas mas também a inflação alta dos ativos financeiros.

A crescente ameaça de deflação obrigou o BCE a trabalhar de maneira diferente, com a implementação de uma reforma europeia que consistiu na compra de 1.140 mil milhões de euros de ativos.

PRINCIPAIS ATORES

No fundo, não se pode falar num sistema bancário a nível europeu, uma vez que cada país tem a sua própria estrutura bancária. A organização política e cultural própria de cada país da União Europeia (UE) determina a organização do setor bancário a nível nacional e internacional.

Assim sendo, países com uma maior concentração bancária são aqueles que centralizam igualmente as instituições políticas. A França e o Reino Unido possuem uma concentração elevada, o que levantou a famosa questão do “too big to fail”. Por oposição, os países de tradição federal possuem, além de bancos internacionais e bancos de investimento, um grande número de bancos regionais. Destacam-se três exemplos: o modelo alemão do “Landesbanken”, o modelo italiano de caixas de aforro e outros bancos populares, e o modelo espanhol, este fortemente questionado pela crise financeira e pela crise do euro.

A criação da União Bancária na zona euro deve permitir romper as ligações entre a crise bancária e a crise da dívida soberana através de uma autoridade de supervisão única (Fundo de Resolução do BCE).

Assim, o BCE assume diretamente a responsabilidades de supervisão de todos os grupos bancários sistémicos (ver caixa).

IMPACTO NO SETOR BANCÁRIO...

Após o choque provocado pela crise financeira, os bancos tiveram de fazer frente aos efeitos negativos da política de taxas reduzidas e a um aumento da desintermediação nas atividades empresariais. Os bancos europeus viram os seus ativos baixarem em 5% ao ano durante o período 2011-2013, enquanto os fundos de investimento registaram uma subida de 13%. Entre 2008 e 2013, a proporção de ativos detidos pelos bancos europeus passou de 71% para 64% do conjunto de ativos financeiros.

O PROJETO DA UNIÃO BANCÁRIA

Como resposta à crise financeira, a Comissão Europeia criou a União Bancária, um sistema de supervisão e resolução bancárias ao nível da UE que funciona com base em regras comuns.

A União Bancária é composta por três elementos constitutivos principais:

- um Mecanismo Único de Supervisão, onde o BCE supervisiona diretamente 123 bancos dos países incluídos, responsáveis por quase 82% dos ativos bancários da zona euro;
- um Mecanismo Único de Resolução, que visa assegurar a resolução ordenada dos bancos em situação de insolvência com custos mínimos para os contribuintes e para a economia real;
- um Regulamento Único para todos os intervenientes financeiros dos 28 Estados-membros da UE (logo, mais além da zona euro), que contenha regras sobre requisitos de fundos próprios para os bancos, proteção dos depositantes e prevenção e gestão de situações de insolvência bancária.

O rendimento sobre os recursos dos 20 maiores bancos europeus foi de 1,5% em 2013, por oposição aos 9% dos dez maiores bancos dos EUA, explicando-se a diferença pela exposição de cada um ao risco (exposição do crédito na Europa, o efeito de influência, a intensidade do risco).

Além disso, o setor bancário continua a sofrer pesadas multas impostas pelos reguladores por incumprimento da legislação. A manipulação das taxas e câmbios tiveram repercussões muito importantes nas contas dos principais gigantes bancários globais devido às multas aplicadas. Desde 2009, os litígios custaram aos bancos europeus e norte-americanos a módica quantia de 178 mil milhões de dólares.

MAIS DESEMPREGO

Obrigados a reinventarem-se, os bancos avançaram para os chamados “planos de adaptação”:

- Redução do tamanho dos bancos corporativos e de investimento;
- Renda dos bancos de crédito especializados sem recursos próprios (setor do crédito ao consumo);
- Redução de custos estruturais, através do encerramento ou reorganização de agências, da supressão de certas atividades ou de planos de reforma antecipada.

Naturalmente, a principal consequência destas medidas é uma redução da empregabilidade e um aumento significativo da taxa de desemprego.

PERSPETIVA DE EVOLUÇÃO

No contexto da crise financeira, a tendência do setor bancário baseia-se principalmente nas mudanças na banca de retalho:

- Industrialização dos processos de gestão com uma especialização das entidades (implicando mobilidade geográfica e profissional para os trabalhadores) no contexto da desmaterialização e digitalização de tarefas;
- O desenvolvimento do multicanal e, em particular, dos serviços oferecidos através de plataformas móveis e sítios web;
- A partilha de certas funções de “back-office”, o que resulta numa redução substancial do número de postos por atividade. ►

► Como principais fornecedores de emprego, as redes de agências são as que mais sofrem com o impacto, em especial nos países com elevada densidade populacional, sendo crítica as situações em Espanha, Grécia e Portugal.

As mudanças na banca de investimento e de financiamento são diferentes, mas ambas implicam uma redução na empregabilidade. Os grupos bancários adaptaram-se, tendo a “desalavancagem” acelerado devido à crise do euro.

... E IMPACTO NO SETOR SEGURADOR

De um ponto de vista geográfico, nos últimos anos o crescimento de seguros não-vida é fraco na Europa Ocidental, impulsionado pelo aumento dos prémios.

Já na Europa Oriental, o crescimento reforçou-se pela entrada de certos países na EU, bem como na recuperação económica daí resultante.

No resto do mundo, os mercados de seguros não-vida têm margem de manobra significativa, em zonas como China, Índia e América Latina, dada a importância da população e o desenvolvimento económico em curso.

Fazendo o mesmo exercício para o ramo dos seguros-vida, constata-se que, na Europa Ocidental, a crise financeira dos últimos anos e um contexto de taxas de juro baixas pesaram no crescimento do mercado.

Na Europa Oriental, a situação varia consoante o país e respetiva situação económica e instabilidade política em certas zonas (a crise da Ucrânia, por exemplo).

Em 2013, o mercado global de seguros arrecadou 4.641 mil milhões de dólares, como resultado de um crescimento mais lento em ambos os ramos de seguros.

As regiões da Europa Ocidental, América do Norte e Ásia cobrem a maior fatia do mercado mundial, porém os países emergentes da América Latina, África e Oceânia obtiveram um maior crescimento nesse ano.

SEGUROS-VIDA E NÃO-VIDA

O ramo dos seguros não-vida é, nos países desenvolvidos, um mercado maduro e que se desenvolveu, em parte, pelo caráter obrigatório de alguns seguros (como o automóvel).

O crescimento económico é o principal fator determinante no mercado dos seguros não-vida, impulsionado pelas vendas de automóveis e pelo mercado da construção.

No caso dos seguros-vida, o desenvolvimento baseia-se nos seguintes pontos:

- Níveis de vida nas diferentes zonas geográficas (PIB por habitante);
- Desenvolvimento do conceito de precaução (concorrente do envelhecimento da população em determinadas zonas geográficas);
- Planos de pensões estabelecidos (o regime de capitalização no Reino Unido, por exemplo);
- Incentivos fiscais em determinados países (França, por exemplo).

INTERVENIENTES E DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Para os três principais grupos seguradores da Europa (Allianz, Axa e Generali), os mercados nacionais continuam a ser o principal centro de atividade.

Os países da Europa Ocidental concentram a maior parte da sua atividade no setor dos seguros-vida, ao passo que os seguros não-vida beneficiam de uma diversidade geográfica nos mercados emergentes da Europa de Leste, Ásia e América Latina.

Além destes, as entidades mutualistas representam quase 30% da recolha de prémios de seguros na UE. ►

PROBLEMAS E DESAFIOS SEGUNDO AS NORMAS JURÍDICAS E O TAMANHO DO MERCADO DE SEGUROS

Principais problemas

ENTIDADES PROPRIETÁRIAS

- garantir a avaliação de mercado;
- atenuar as flutuações do mercado financeiro;
- encontrar vetores de crescimento a nível internacional;
- promover as novas tecnologias

ENTIDADES MUTUALISTAS

- manter a relação com os clientes de seguros não-vida e aumentar quota de mercado;
- Cativar os clientes com seguros-vida;
- Garantir nível suficiente de capital próprio em caso de mudança na regulação;
- Promover as novas tecnologias

BANCOS

- Possível impacto da atividade seguradora no capital próprio dos grupos bancários;
- Ampliar o alcance nos clientes e acelerar a entrada no mercado dos seguros como um todo

Principais desafios

- garantir o pagamento de dividendos
- boa gestão de possíveis subidas das taxas
- criar sinergias globais como parte do agrupamento de recursos para aumentar o rendimento
- aproveitar as posições históricas (ex. Axa em França)
- gestão de redes comissionadas

- desenvolvimento de seguros-vida (especialmente através de produtos ligados a valores unitários)
- gerir a questão da criação de empresas de sociedades mutualistas
- partilha de recursos com parceiros relevantes para melhorar rendimento operacional

- Reflexão / aceleração do desenvolvimento dos bancos após a estabilização do contexto regulamentar

A importância do diálogo social

A formação permanente e o equilíbrio entre vida pessoal e profissional dos trabalhadores têm estados entre as principais preocupações da UNI Finanças no que concerne ao diálogo social nos setores bancário e segurador



A UNI Finanças concentrou-se, nos últimos quatro anos, em dois temas essenciais: formação permanente e responsabilidade social empresarial.

Depois do sucesso alcançado com o projeto “Um diálogo social para a Europa alargada”, o Comité de Diálogo Social Sectorial para o setor bancário encetou um novo projeto em 2012, com o objetivo de promover a integração e participação da Bulgária, Croácia e Roménia no diálogo social europeu. O caso da Croácia foi particularmente interessante, uma vez que se tornou no 28.º Estado-membro da UE durante a iniciativa.

Este projeto de formação permanente foi desenvolvido em colaboração com os quatro interlocutores sociais europeus: UNI Finanças, Associação Europeia de Bancos Cooperativos, Federação Bancária Europeia e a Associação Europeia de Caixas de Aforro e da Banca de Retalho, que chegaram à conclusão que o diálogo social no setor bancário não estava a ser eficiente em alguns dos Estados-membros incluídos na UE após 2004.

A inclusão destes países numa formação permanente e num diálogo social do setor bancário beneficiaria em larga escala a competitividade das empresas e a empregabilidade dos trabalhadores.

Em janeiro de 2014, os interlocutores do setor bancário assinaram uma declaração conjunta sobre Responsabilidade Social Empresarial, cujos temas assentavam essencialmente na formação, na aprendizagem e desenvolvimento, em regras fundamentais de trabalho, no equilíbrio entre vida pessoal e profissional, na comunicação interna e na igualdade de oportunidades.

Ainda na mesma declaração, os parceiros “reconhecem que o diálogo social europeu tem um papel importante a

desempenhar com o objetivo de reforçar a confiança e contribuir para um processo de crescimento de rendimento e de empregos sustentáveis no setor”.

TELETRABALHO NOS SEGUROS

No caso do setor dos seguros, a UNI Finanças concentrou esforços igualmente em dois temas: o desafio demográfico e o teletrabalho.

O primeiro teve origem numa declaração conjunta assinada em 2010, que mencionava três aspetos essenciais: equilíbrio entre vida pessoal e profissional, formação permanente e saúde e segurança no trabalho.

Este acordo deu origem a um conjunto de conferências realizadas em 2012, que se centraram nas melhores maneiras de tornar o setor mais atrativo para os trabalhadores.

Para além disso, foi elaborado um folheto com boas práticas a ser distribuído nas empresas, que alertava para os três aspetos acima mencionados.

O feedback vindo dos países da Europa Central e Oriental foi baixo, pelo que os parceiros sociais desafiaram os países destas regiões a contribuírem mais ativamente para o diálogo social não só internamente como externamente.

Relativamente ao teletrabalho, a intenção da UNI Finanças é elaborar um documento único o mais completo possível e que compreenda aspetos como a monitorização das horas de trabalho, a compensação por horas extraordinárias, o direito a estar inacessível (trabalhadores não podem trabalhar/estar disponíveis durante as 24 horas do dia) e a inclusão dos funcionários de vendas. ■



Alterações no AE da CGD

Os Sindicatos da Febase reuniram-se com responsáveis da instituição para analisarem uma proposta de alteração ao Acordo de Empresa

Texto | Inês F. Neto

Na reunião com a Direção de Pessoal (DPE) da Caixa Geral de Depósitos, realizada quarta-feira, dia 13 de janeiro, os Sindicatos da Febase começaram por expressar, de forma veemente, a maneira como decorreu o processo negocial e a sua posição sobre o documento apresentado.

Se é verdade que da proposta constam matérias do interesse dos trabalhadores, há também um conjunto de outras que não são tão vantajosas, sobretudo porque remetem diretamente para a lei, na qual, como se sabe, as organizações sindicais não têm interferência na elaboração e que a qualquer momento pode ser alterada.

Por outro lado, o documento contém matérias que carecem de clarificação, pois a sua aplicação suscita dúvidas. É o caso, nomeadamente, do que se refere à forma como será feita a contagem do tempo para as promoções por antiguidade, promoções por mérito para um conjunto de categorias profissionais e técnicas, bem como as ajudas de custo e o cálculo da remuneração do trabalho suplementar.

Face a estas dúvidas levantadas pelos Sindicatos da Febase, os representantes da empresa comprometeram-se a publicar uma norma interna clarificadora das situações apontadas.

Tal elucidação não seria necessária se a instituição tivesse debatido previamente a proposta com todos os Sindicatos.

Quanto à outorga do documento pelos Sindicatos da Febase, a CGD foi informada de que tal só ocorrerá após a devida autorização do Conselho Geral, que realizar-se-á brevemente.

No entanto, os Sindicatos declararam não se oporem a que as alterações sejam aplicadas aos seus associados, o que deverá acontecer a todo o momento.

Os trabalhadores da CGD podem contar com os Sindicatos da Febase, que de forma séria e ponderada sempre estarão disponíveis para defender os seus interesses. ■

Contratação e sindicato único dominam Secretariado da Febase

As negociações do ACT do setor bancário e o projeto de estatutos do futuro sindicato nacional foram os principais temas em debate na reunião

Texto | Inês F. Neto



Na sessão do Secretariado da Febase de 20 de janeiro, realizada na sede do SBSI, em Lisboa, Carlos Marques e Paulo Alexandre fizeram o balanço das negociações coletivas no setor segurador e bancário, respetivamente.

Face à recente celebração do ACT dos Seguros, o presidente do STAS referiu apenas que se aguarda a publicação da convenção coletiva no Boletim do Trabalho e Emprego (BTE), o que deverá acontecer brevemente.

VOTO DE SOLIDARIEDADE

O Secretariado da Febase, reunido em 20 de janeiro, manifesta toda a sua solidariedade para com os trabalhadores da companhia de seguros Açoreana, face à situação em que a seguradora se viu envolvida perante o sucedido no Banif.

Manifesta igualmente, perante os trabalhadores, todo o seu empenho nas diligências que salvaguardem os postos de trabalho.

Sendo o acordo subscrito por 36 empresas, Carlos Marques adiantou que mais algumas manifestaram a intenção de fazê-lo logo após a publicação, ficando assim “praticamente todo o setor representado”.

Quanto à revisão global do ACT do setor bancário, Paulo Alexandre, coordenador do grupo negociador da Febase, lembrou que a convenção em vigor entrou em janeiro no período de sobrevivência, pelo que é do interesse de todos que as negociações sejam concluídas rapidamente. “A Febase espera que o processo esteja terminado até final de fevereiro”, adiantou.

MANDATO

Nesse sentido, o grupo negociador apresentou ao Secretariado uma nova proposta sobre as principais matérias em divergência entre as partes – promoções por mérito, des-

locações, prémio de final de carreira, SAMS e atividade sindical – solicitando mandato para apresentar a proposta aos representantes das instituições de crédito e negociar de acordo com ela.

Após algum debate e esclarecimentos, o Secretariado deu o seu aval ao mandato solicitado.

A revisão da tabela salarial da banca também foi referida, tendo Paulo Alexandre recordado que as instituições de crédito subscritoras do ACT já foram avisadas de que não haverá acordo sobre a convenção coletiva se não se negociar um aumento salarial.

AVANÇAR COM SEGURANÇA

Outro tema que ocupou uma parte significativa da reunião foi o sindicato único. Delmiro Carreira, coordenador da Comissão dos Estatutos eleita para elaborar o projeto, deu conta do trabalho realizado até ao momento.

Mais de metade dos artigos dos Estatutos está aprovada. Neste momento a discussão centra-se na composição dos órgãos de base do futuro sindicato.

Também a forma jurídica a utilizar para a constituição da nova organização sindical está em análise.

O Secretariado aprovou ainda um voto de solidariedade para com os trabalhadores da seguradora Açoreana, que se transcreve na íntegra nesta página. ▶

FotoFebase

Entrega de prémios

O Secretariado decidiu que a cerimónia de entrega de prémios do concurso FotoFebase 2015 será descentralizada, já que os vencedores pertencem aos três Sindicatos Bancários da Federação.

Assim, e para evitar deslocações aos premiados, a comemoração realizar-se-á em Lisboa, Coimbra e Porto.

Devido ao aumento do SMN

Mais de 3.000 pensionistas sobem rendimento



O novo valor do salário mínimo, em vigor desde 1 de janeiro, levou automaticamente à subida das pensões, beneficiando milhares de pessoas. Também as alterações às taxas de retenção na fonte da sobretaxa de IRS para 2016 terá uma influência positiva nos rendimentos de trabalhadores e reformados

Diversas medidas tomadas pelo atual Governo contribuem para deixar um pouco mais de dinheiro no bolso dos portugueses.

Uma dessas medidas é a subida do salário mínimo nacional (SMN), que desde 1 de janeiro é de 530€, contra o valor de 505€ em 2015. E embora numa leitura apressada se possa pensar que esta alteração não tem significado no setor bancário, por o vencimento mais baixo da tabela ser superior ao SMN, não é verdade.

Dada a indexação das pensões ao salário mínimo, milhares de pensionistas tiveram, assim, uma subida nos seus rendimentos.

Entre os Sindicatos dos Bancários da Febase, mais de três mil pensionistas foram beneficiados por esta medida, e a estes há a acrescentar ainda os pensionistas de outros sindicatos do setor.

Numa época em que o rendimento dos portugueses tem sido tão afetado pela crise e suas consequências, este aumento tem um significado importante.

DESCIDA NA SOBRETAXA

Do mesmo modo, também a alteração nas tabelas de retenção na fonte da sobretaxa aplicável em sede de IRS a aplicar em 2016 deixa todos os meses mais um pouco de dinheiro aos trabalhadores e reformados.

A divisão das taxas a aplicar mensalmente sobre salários e pensões em cinco escalões de rendimento bruto e a redução generalizada das taxas de retenção na fonte têm como consequência direta o aumento do salário e da pensão que a maioria dos portugueses recebe no final do mês.

Ou seja, estas duas medidas conjugadas – a descida da sobretaxa para todos os escalões de rendimento (à exceção do último) e a subida do salário mínimo, que serve de base ao seu cálculo – traduzem-se num duplo alívio fiscal este ano.

Refira-se, como exemplo, que quem tem um rendimento bruto até 801€ (correspondente a um rendimento coletável até 505€ mensais) não terá retenções, pois escapa à sobretaxa.

Do mesmo modo e de acordo com os cinco escalões criados, os rendimentos brutos até 1.683 euros/mês terão uma retenção de 1%. Esta percentagem sobe para 1,75% para rendimentos brutos mensais acima de 3.054€, para 3% nos 5.786€ e para 3,5% nos rendimentos acima deste patamar. ▀



Novo ACT já publicado

Texto | José Luís Pais*

Agora sim, está totalmente concluído o processo relativo à negociação do ACT. A tabela salarial produz efeitos desde 1 de janeiro

em 2015, além de ficarmos com a porta aberta para futuras negociações.

Tudo isto (com plena consciência) não significa, contudo, que o atual ACT seja uma convenção contratual infalível, isenta de qualquer erro e satisfazendo na plenitude os interesses e anseios de todos os trabalhadores.

CONQUISTAS

Conseguiu-se para os associados, no entanto, entre outros aspetos vertidos no Acordo: nova tabela salarial com aumento de 1,00% para este ano e mais 1,00% para o ano de 2017, ano em que será também atualizado o subsídio de refeição para 10,00€; comparticipação nas despesas escolares com valores fixos de 40,00€, 70,00€ e 110,00€, consoante se trate do 1.º, 2.º ou 3.º ciclo respetivamente, inclusão neste apoio escolar dos filhos em ensino especial; manutenção do PIR e do prémio de permanência; uma pausa de 10 minutos, por cada período de duas horas consecutivas de trabalho nas funções de atendimento telefónico, e ainda, com o relevo que merece, destaque-se o desconto do prémio total ou dos encargos nos seguros próprios atribuído aos trabalhadores que invocarem e provarem que são filiados nos sindicatos outorgantes.

Realce ainda para a negociação do ACT em tempo recorde e isto pela única razão de haver o objetivo único de defender os verdadeiros interesses dos trabalhadores, jamais os sacrificando a interesses dúbios.

A partir de agora há um instrumento de regulamentação coletiva que garante direitos!

O ACT está em vigor e vigorará por um período inicial de três anos, renovando-se automaticamente por períodos sucessivos de três anos.

A tabela salarial produz efeitos desde 1 de janeiro de 2016. ▀

*Vice-Presidente do STAS





Atividade sindical na empresa —

A lei não só faculta a existência de trabalhadores eleitos para as estruturas de representação coletiva, como os protege, evitando que sejam prejudicados de qualquer forma pelo facto de exercerem as funções que lhes correspondem

Texto | Lina Silva*

O direito de intervenção sindical na empresa manifesta-se, desde logo, pelo direito de reunião nos locais de trabalho e ainda pelo direito de atuação dos delegados sindicais.

Os trabalhadores têm, assim, o direito de se reunirem nos locais de trabalho, dentro ou fora do horário de trabalho. Mas, além do sistema de iniciativa e convocação destas reuniões que se encontram sujeitos a determinadas condições, a participação nas mesmas encontra-se aberta a todos os trabalhadores da empresa. Importa no entanto realçar o facto de que para a realização destas reuniões, deverá ser "(...) assegurado o funcionamento de servi-

ços de natureza urgente e essencial (...)” (al. b) do n.º 1 do mesmo art.º 461.º do Código do Trabalho (CT, Lei 7/2009, de 12 de fevereiro).

Outra limitação legal ao direito de reunião dos trabalhadores é o seu limite de duração anual, quinze horas (alínea b do mesmo artigo).

No que respeita aos delegados sindicais e nos termos do n.º 1 do art.º 467.º do referido Código, estes têm "(...) direito e para o exercício das suas funções, a um crédito de cinco horas por mês, ou oito horas por mês se fizer parte da comissão intersindical (...)” e a violação deste disposto, constitui uma contraordenação grave (n.º 2 do mesmo art.º). Este direito por parte dos trabalhadores que sejam eleitos para as estruturas de representação coletiva de trabalho resulta do art.º 408.º do mesmo Código e legislação específica, e a sua concretização verifica-se, também, em outras disposições.

CRÉDITO DE HORAS**

O crédito de horas é, desde logo, um direito estritamente vinculado à prossecução dos fins das estruturas de representação coletiva dos trabalhadores, sendo essa a razão pela qual no n.º 1 do art.º 422.º, no n.º 1 do art.º 467.º e no n.º 1 do art.º 468.º do Código do Trabalho se utiliza a expressão “para o exercício das suas funções”. Sempre que o delegado sindical pretenda gozar o crédito de horas, deverá avisar a sua enti-

dade empregadora, por escrito e com uma antecedência mínima de dois dias, “salvo motivo atendível” (n.º 3 do art.º 408.º).

O crédito de horas atende ao período normal de trabalho e conta como tempo de serviço efetivo, incluindo para efeito de retribuição.

Acontece que o crédito de horas atribuído aos dirigentes sindicais para o exercício das suas funções traduz uma medida de proteção de liberdade sindical, constitucionalmente consagrada no art.º 55.º. Com ela, pretende-se proteger estes trabalhadores eleitos para as estruturas representativas no sentido de não serem prejudicados, por qualquer forma, pelos empregadores e fazendo equivaler a utilização deste tempo relativo ao crédito de horas, como tempo de trabalho efetivo, para todos os efeitos, inclusive a retribuição. A jurisprudência assim o entende, mesmo durante a vigência do Código do Trabalho de 2009, e apesar do disposto na alínea a) do n.º 1 e n.º 2 do seu art.º 260.º.

Se tomarmos como exemplo o subsídio de refeição, a sua referência no n.º 2 do art.º 260.º do CT deverá ser entendida e restringir-se aos casos em que a entidade empregadora pague o subsídio de refeição, quer por uso, quer porque a tanto se encontra obrigado por instrumento de regulamentação coletiva de trabalho.

O Código do Trabalho não obriga ao pagamento deste subsídio em concreto, mas este subsídio é frequentemente pago, mesmo que não exista instrumento de regulamentação de trabalho, nomeadamente por motivos fiscais.

Sempre se dirá que o legislador pretendeu que os dirigentes sindicais tenham os mesmos direitos que os seus co-

O EXEMPLO ESPANHOL

A este respeito a jurisprudência espanhola encontrou o “princípio de omniequivalência ou de igualdade absoluta” entre os representantes dos trabalhadores e os seus companheiros...” (Ac. Rel. Porto n.º 45711.5 TTOAZ.P1).

Neste acórdão considera-se que “(...)a utilização, no quadro legal, do crédito de tempo por parte de dirigentes... sindicais não dê... lugar à subtração de qualquer parcela da remuneração que lhes seria devida se estivessem a prestar serviço efetivo, nem poderia implicar qualquer efeito inerente a uma não prestação de serviço (...) ou dito de outro modo, “... não pode ter qualquer efeito prejudicial na sua esfera jurídica”.

A natureza salarial do crédito de horas abrange todas aquelas prestações, em dinheiro e em espécie, que o trabalhador, em regra, tem direito. Nelas incluem-se o salário e os complementos salariais que o trabalhador receberia se estivesse a trabalhar. Consequentemente, correspondendo o uso do crédito de horas a trabalho efetivo, o trabalhador não poderá sofrer qualquer prejuízo no momento do exercício das funções sindicais, seja ele patrimonial ou não, sendo que a qualificação jurídica do subsídio de refeição ou não, não releva para efeitos da sua atribuição.

Além deste crédito de tempo, os delegados sindicais têm garantida a justificação das suas ausências motivadas pela “(...) prática de atos necessários e inadiáveis no exercício das correspondentes funções.” (n.º 2, art.º 409.º CT).

o caso dos delegados sindicais



legas de trabalho, enquanto utilizarem o crédito de horas para o exercício das suas funções sindicais, de tal forma que esse exercício corresponda a trabalho efetivo, a todos os níveis, retributivos ou outros. Pretende-se, com isto, evitar que o dirigente sindical, pelo facto de exercer as funções que lhe correspondem utilizando o crédito de horas, seja prejudicado de qualquer forma, incluindo a nível patrimonial.

PODER DE NEGOCIAÇÃO

Os delegados sindicais são representantes do sindicato, embora eleitos pelos trabalhadores que se encontrem sindicalizados.

Mas, não indicando a Lei as funções próprias dos delegados sindicais, tratar-se-á de matéria pertencente aos estatutos dos sindicatos que representam e/ou de negociação coletiva, se considerarmos os tipos de atuação e intervenção no interior da empresa.

Reconhece-se recentemente aos delegados sindicais um papel na negociação coletiva, nomeadamente nos direitos de participação na regulamentação interna, o que poderá ser considerado como um verdadeiro poder de negociação.

A utilização e o cabal desempenho das suas funções refletir-se-ão nos direitos laborais dos trabalhadores e na paz social da empresa. São um veículo de informação entre sindicato/trabalhadores e vice-versa e de fiscalização do cumprimento das normas que regulam o trabalho.

Conclui-se dizendo que foi a evolução do estatuto jurídico dos sindicatos que permitiu estes agirem, por intermédio dos delegados sindicais, no interior das empresas, nos próprios locais de trabalho. ■

**Advogada do STAS*

***Subtítulos da responsabilidade da Redação*



Ano Novo, Novo Concurso FOTO FEBASE.

A 6ª Edição do Concurso FOTO FEBASE está a chegar e com ela mais uma oportunidade para os sócios dos sindicatos da FEBASE fotografarem e ganharem.

O desafio é mensal e decorre entre fevereiro e novembro.

O regulamento e respetivo blog estão disponíveis em fotofebasel6.blogspot.pt

Boas fotos!

Contamos consigo.

A ORGANIZAÇÃO FOTO FEBASE

O Concurso FOTO FEBASE 2016 abrange os seguintes temas mensais:

Tema Livre

Neste tema poderá captar livremente o que mais gosta de fotografar.

Tema Banca & Seguros

Neste tema poderá captar objetos, pessoas, cenários, atividades, etc., alusivos ao setor financeiro.

Serão admitidas mensalmente, até ao máximo de quatro (4) fotografias por concorrente, independentemente do tema. A receção das fotografias será feita, através de correio electrónico para o seguinte endereço: fotofebase@febase.pt, indicando **OBRIGATORIAMENTE** os seguintes elementos:

Nome e Apelido do Participante; Sindicato ao qual pertence; Nº Sócio; Telefone de Contacto; Correio Electrónico; Tema da Fotografia; Título da Fotografia; Lugar e Data onde foi tirada.

Todas as fotografias para concurso deverão ser digitais e enviadas em formato JPG.

Para efeitos de publicação on-line, as fotografias deverão ter no mínimo, 0,25 megabytes (250 Kb) e não ultrapassar a dimensão de 2 megabytes (2.000 Kb).

Participe e envie as suas primeiras fotografias até ao dia 20 de fevereiro.



Ano intenso de atividades desportivas

À semelhança dos anos anteriores, 2016 será forte nas modalidades individuais e coletivas, proporcionando aos sócios e seus familiares momentos de intenso convívio, *fair-play* e camaradagem

Textos | Pedro Gabriel

Os sócios e familiares dos sindicatos da Febase vão ter muitas oportunidades para praticar exercício físico este ano.

As provas regionais de cada Sindicato iniciaram-se no mês de janeiro e estendem-se praticamente até meio do ano, exceção feita a algumas modalidades.

A primeira final nacional disputa-se este mês, nos dias 27 e 28, na Guarda. A 14.ª final de futsal veteranos contará com duas equipas do SBSI, uma do SBN e uma do SBC, cabendo a este último a organização da prova.

Depois de um interregno de dois meses, em maio realizam-se as finais nacionais do ténis e da pesca de alto mar. A primeira tem lugar nos dias 14 e 15, em Guimarães, estando a organização a cargo do SBN e contando com seis atletas do SBC, 13 do SBN e 19 do SBSI.

Já a 15.ª final nacional de pesca de alto mar é organizada pelo SBC, realizando-se no dia 28, em Setúbal. Esta prova contará com dois atletas do SBC, quatro do SBN e seis do SBSI.

Junho arranca com mais uma *final-four* de futsal. Em Portimão, nos dias 4 e 5, o SBSI organiza a 40.ª final nacional, colocando duas equipas da sua área frente a frente com uma representante do SBN e uma do SBC.

No dia 18, é altura de afinar a pontaria com a 21.ª final nacional de tiro. Organizada pelo SBN, a prova terá lugar em

Pevidém, com 24 atletas (quatro do SBC, oito do SBN e 12 do SBSI).

REGRESSO EM SETEMBRO

Nos meses de julho e agosto não haverá qualquer prova desportiva, obedecendo a um merecido período de férias que sempre se verifica nesta altura.

No entanto, em setembro, a pesca de rio terá a sua derradeira prova no dia 17, em Castelo Branco. O SBSI, que coloca 25 atletas, é o organizador da final que terá ainda 10 atletas do SBC e 15 do SBN.

Outubro é o mês mais preenchido no que diz respeito a finais nacionais. Logo nos dias 1 e 2 realiza-se a final nacional do snooker, em Lisboa. Doze atletas vão disputar o troféu, com dois oriundos do SBC, quatro do SBN e seis do SBSI.

No dia 8 regressa-se ao Norte, mais concretamente à Póvoa de Varzim, para a 37.ª final nacional de pesca de mar. O SBSI colocará 30 atletas, o SBN (organizador) 15 e o SBC 10.

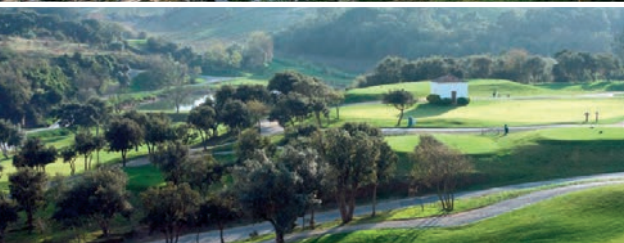
No dia 15 disputa-se a final nacional do karting, em Viana do Castelo. Adivinha-se uma grande prova com 28 karts em pista, 16 do SBSI, oito do SBN e quatro do SBC. A organização fica a cargo do SBN.

O fim-de-semana de 22 e 23 conhece duas finais nacionais, ambas em Ponte de Lima. O king contará com três atletas do SBC, cinco do SBN e oito do SBSI enquanto o xadrez contará com dois do SBC, seis do SBN e 10 do SBSI.

Por último, nos dias 5 e 6 de novembro, é a vez do bowling conhecer a sua derradeira prova, com o SBN a organizar e a colocar oito concorrentes. O SBC coloca três e o SBSI 15 faltando ainda definir o local.

Ao todo, 329 atletas vão lutar, de forma saudável e desportista, pela conquista dos troféus.

As datas, locais e número de participantes podem vir a sofrer alterações. ■



Vamos caminhar?

Já se sabe, o mais complicado é escolher. Mas se está na dúvida não hesite: faça todas! As Caminhadas Febase estão de regresso, com novas e desafiantes provas

Texto | Pedro Gabriel

Quando é a próxima caminhada? No final de mais uma prova superada, a vontade de continuar a caminhar é tanta que a pergunta já não é vista com surpresa.

A pensar em todos os que gostam deste tipo de atividade, a organização das Caminhadas Febase preparou um roteiro que não vai querer perder.

A edição deste ano começa com uma caminhada pela Serra de Montejunto, no dia 13 de fevereiro. A concentração está marcada para as 9 horas junto ao parque de campismo.

Ainda em fevereiro, no dia 27, faça uma visita à Quinta da Bacalhoa, em Azeitão. Aproveite para conhecer este espaço histórico que teve início com os fundadores da Dinastia de Avis. Descubra a arquitetura, a decoração e os jardins e fique a par das modificações feitas ao longo dos anos.

No dia 19 de março, viaje até ao concelho de Arouca, para uma visita ao Passadiço do Paiva. Situado na margem esquerda do Rio Paiva, é composto por 8 km de paisagens ímpares, num autêntico santuário natural, junto a descidas de águas bravas, cristais de quartzo e espécies em extinção na Europa. Uma verdadeira viagem para os apaixonados pela natureza.

TREKKING EM ESPANHA

Para os apaixonados do trekking, no mês de maio realiza-se uma viagem até à Serra de Gredos, em Espanha. Uma vez que é mais desafiante e competitivo, o trekking foge à habitual definição de caminhada.

A Serra de Gredos é uma cordilheira no centro da Península Ibérica, entre as províncias de Ávila, Cáceres e Toledo. O seu ponto mais alto é o Pico Almançor, com 2592 metros.

Classificada como parque regional, esta serra é dos subsistemas montanhosos mais extensos do Sistema Central ibérico, composto por cinco vales fluviais.

Em abril, mais precisamente no dia 30, chegamos às Penhas da Saúde, no coração da Serra da Estrela. Esta aldeia de montanha agracia-nos com um belo cenário montanhoso, numa altitude de 1500 metros.

No dia 28 de maio é a vez da Rota dos Encantos (Torres Vedras) receber a visita dos caminheiros. Deixe-se encantar pela paisagem da Serra do Socorro e pelos monumentos históricos que se encontram ao longo de todo o trajeto.

Em junho, no dia 25, vamos partir à descoberta do Nariz do Mundo, em Cabeceiras de Basto. Trata-se de um desfiladeiro rochoso na Serra da Cabreira, o que confere desde logo uma paisagem diferente do habitual.

A Rota dos Três Trilhos, em Viseu, é a proposta para o dia 30 de julho. Esta é uma caminhada desafiante, que contempla vertentes paisagísticas, históricas, culturais e desportivas.

ALENQUER MARCA REGRESSO

As caminhadas sofrem uma interrupção no mês de agosto, tradicionalmente usado para umas merecidas férias, mas em setembro regressam em força.

No dia 24 de setembro, os participantes terão a oportunidade de descobrir o Carreiro da Senhora, em Alenquer. Este percurso é rodeado por montes e vales que bordejam a vertente sul de Montejunto, apresentando novas perspetivas de paisagens onde os tons outonais dos vinhedos contrastam com o verde das primeiras chuvas.

Em outubro, no dia 29, regressamos ao Norte. Em Valença, os caminheiros vão passear pela Ecopista do Rio Minho. Este percurso aproveita o antigo ramal ferroviário que ligava Valença a Monção e é agora uma importante via ecológica.

Por último, no dia 26 de novembro, realiza-se a caminhada da Rota de Conimbriga, em Condeixa-a-Nova. Os caminheiros vão poder ver, além da magnífica paisagem, um importante habitat para numerosas espécies mediterrânicas. Do ponto de vista geológico predominam os calcários, rochas altamente permeáveis que levam a que a água se infiltre rapidamente circulando em cavidades no subsolo.

Para mais informações consulte o blogue das Caminhadas Febase em <http://febase-caminhadas.blogspot.pt/>.

Bons passeios! ▶

Múltiplas reuniões na Secção de Angra

Negociação coletiva, sindicato único, situação do setor bancário e atividades da Secção Regional dominaram as reuniões dos Corpos Gerentes em Angra do Heroísmo

Textos | Inês F. Neto



No âmbito do Plano de Atividades definido para o presente mandato, o responsável pela ligação à Secção Regional de Angra do Heroísmo, José Carlos Pires, e a coordenadora do GRAM, Cristina Trony, realizaram diversas reuniões de trabalho com as estruturas regionais: os elementos da Secção Regional, as responsáveis pelo núcleo do GRAM na ilha e os delegados sindicais.

Nas reuniões foram abordados e debatidos temas como a evolução da negociação coletiva, o sindicato único, situação atual do setor bancário e atividades da Secção Regional.

Na reunião com o Secretariado estiveram também em análise a informação interna do SBSI, as organizações da Secção Regional, especialmente a sindicalização,

as deslocações aos locais de trabalho e a participação dos 17 delegados sindicais eleitos nas atividades sindicais, culturais e desportivas. O seu dinamismo e participação são bem evidentes, nomeadamente nos diversos torneios internos, e principalmente no dia do bancário, que se realiza anualmente desde 2 de maio de 1964.

A reunião com os delegados sindicais foi muito ativa, tendo contado com a presença de 11 delegados sindicais da Terceira, Graciosa e São Jorge, além de várias instituições de crédito como BST, Crédito Agrícola, BPI, MG, Banif, CGD, CEMAH, AMAH e BCP. De salientar e saudar a forte presença feminina.

Após as intervenções iniciais dos elementos dos Corpos Gerentes e dos membros do

Secretariado, entrou-se no período de debate, durante o qual os delegados sindicais expuseram os seus pontos de vista e foram esclarecidos nas suas dúvidas.

Ficou patente nesta reunião que a atividade sindical continua ativa e dinâmica em Angra do Heroísmo, como também ficou evidente nesta deslocação que o SBSI continua ser o baluarte do sindicalismo em Portugal, garantindo aos sócios a defesa intransigente dos seus direitos, pelo que, hoje mais que nunca, vale a pena continuar a ser sócio e a participar na vida do Sindicato.

Na reunião realizada com o GRAM, foi oficializado o núcleo de Angra do Heroísmo, composto por Diana Lopes (BST), Tânia Simas (MG) e Ana Costa (CAM). ▀



Os dois concorrentes do Banco de Portugal lideram nas vertentes Net e Gross, no arranque de mais um campeonato interbancário de golfe

Texto | Pedro Gabriel

Golfe

João Cano e João Sá na frente

A primeira prova do 13.º Torneio Ordem de Mérito realizou-se a 23 de janeiro, no campo do Montado, com a participação de 20 golfistas nas categorias Stableford Gross e Stableford Net.

Em Gross, João Sá (BdP) terminou na primeira posição, alcançando 22 pontos. Logo a seguir, José Mendes (Ilha Terceira) conseguiu 20 pontos, enquanto o terceiro posto foi para Fernando Machado (BdP), mercê dos 19 pontos conquistados. Carlos Felício (CG Advogados) e João Cano (BdP) terminaram nos quarto e quinto lugares, respetivamente, ambos com 18 pontos.

João Cano teve mais sorte na vertente Net, ao conseguir terminar na primeira posição com 41 pontos. Os concorrentes do BdP estiveram imparáveis nesta categoria, uma vez que Fernando Machado e João Sá, ambos com 33 pontos, terminaram em segundo e terceiro, respetivamente.

Pedro Gonçalves (Millennium bcp), com 32 pontos, foi quarto classificado e Fernando Veiga da Costa (BdP), com a mesma pontuação, terminou em quinto lugar.

Dia 27 de fevereiro realiza-se a segunda prova, em Santo Estevão. ▀

Apenas são elegíveis faturas com NIF

Declarações para IRS a partir de 22 de fevereiro

Os sócios do SBSI e beneficiários-titulares do SAMS podem obter declarações – para IRS ou outras, como as de participações complementares – através do portal.

O Sindicato enviá-las-á ainda por email a quem tenha endereço eletrónico registado, e em várias instalações do SBSI será possível solicitar presencialmente a sua emissão. Salvo casos excecionais, as declarações não serão remetidas, por via postal, para a morada dos destinatários.

Mas convém lembrar que, devido à reforma do IRS, apenas as faturas com o número de identificação fiscal (NIF) são elegíveis



DOCUMENTOS DISPONÍVEIS NO PORTAL

No portal do SBSI/SAMS estarão acessíveis as seguintes declarações, que também podem ser enviadas por email aos sócios e beneficiários-titulares do SAMS:

- Declaração de Despesas de Saúde 2015;
- Declaração de Participações atribuídas em regime de Complementaridade em 2015;
- Declaração de Quotizações 2015 para o SBSI, relativamente a associados que asseguram o pagamento direto das respetivas quotizações;
- Declaração de Contribuições 2015 para SAMS/SBSI, relativamente a beneficiários que asseguram o pagamento direto das respetivas contribuições obrigatórias (excluído FSA);
- Declaração de Contribuições-2015 para o FSA – Fundo Sindical de Assistência do SAMS/SBSI (engloba a totalidade destes descontos, diretos ou através da entidade empregadora);
- Declaração de Despesas de Lutuosa-2015.

O SBSI, em particular na área da saúde através do respetivo SAMS, tem enviado esforços para disponibilizar aos seus sócios e beneficiários melhores serviços, incluindo melhor informação.

É o que acontece designadamente com a emissão anual da declaração para IRS e de outras declarações de óbvia utilidade para sócios e beneficiários. Neste domínio, e à semelhança do que tem acontecido nos processos anteriores, os sócios e beneficiários voltam a ter à disposição diferentes e diversificados meios de acesso às declarações relativas a 2015.

De acordo com a comunicação da Autoridade Tributária e Aduaneira, só são fiscalmente dedutíveis as faturas que contenham o NIF do contribuinte a quem os serviços foram prestados

ALTERAÇÕES NO IRS

Recorde-se que este ano existem algumas alterações, pois com a reforma do IRS apenas as faturas com o número de identificação fiscal (NIF) são elegíveis para efeitos de IRS.

As despesas efetuadas no SAMS, em relação às quais os beneficiários tenham fornecido o seu número de identificação fiscal, encontram-se registadas no Portal das Finanças, no sítio do e-Fatura, onde é possível consultar e gerir as informações referentes às mesmas.

Do mesmo modo, as faturas referentes a encargos que resultem de aviamento de medicamentos e recurso a entidades

INFORMAÇÕES

Para informações sobre o conteúdo das declarações estão disponíveis os seguintes contactos:

- Tel: **210 499 999**, seguido das opções 1 – 7 (das 9h00 às 18h00)
- email: **irs@sams.sbsi.pt**



convencionadas encontram-se suportadas no sistema e-Fatura, se tituladas com o número de identificação fiscal.

Por parte do SAMS será assegurada a emissão de declaração de despesas de saúde, na parte não comparticipada que possa ser deduzida à coleta, nos casos em que a comparticipação tenha sido atribuída diretamente aos beneficiários, e suportadas em faturas com o respetivo número de identificação fiscal do contribuinte.

Os sócios do SBSI e beneficiários-titulares do SAMS podem obter declarações – para IRS ou outras, como as de comparticipações complementares – através do portal.

A declaração é enviada por email aos beneficiários que tenham registado o endereço eletrónico na base de dados do SAMS.

Será ainda possível solicitar presencialmente a sua emissão em várias instalações do SBSI.

As declarações deixam, assim, de ser remetidas por via postal para a morada dos destinatários. A expedição por esta via será mantida no caso de pensionistas ou de solicitações especialmente atendíveis.

NO PORTAL DO SBSI/SAMS

A partir de 22 fevereiro as declarações periódicas destinadas a sócios e beneficiários estarão disponíveis no Portal SBSI, em SBSI > Ligue-se @ Nós > Os Meus Dados > Declarações ou SAMS > Ligue-se @ Nós > Os Meus Dados > Declarações, para consultar, guardar ou imprimir.

Para o efeito, o sócio ou beneficiário-titular deverá aceder à área reservada do Portal, mediante autenticação – a efetuar, como é sabido, por:

– Tipo de Utilizador (sócio ou beneficiário), Número (sócio ou beneficiário, conforme indicado em “Tipo de Utilizador”) e Código Pessoal (PIN, também utilizável noutras funcionalidades, designadamente na marcação de atos clínicos).

As funcionalidades associadas a Ligue-se @ Nós > Declarações remeterão para uma lista identificativa das declarações disponíveis.

Recorde-se que as declarações para IRS, disponibilizadas em formato PDF, não serão emitidas a beneficiários-titulares sem NIF (número de identificação fiscal).

ENVIO POR EMAIL

Os beneficiários que tenham comunicado ao SBSI o respetivo endereço eletrónico receberão a declaração na sua caixa de correio.

Caso o endereço não tenha sido ainda comunicado, esta será uma excelente oportunidade para o fazer, acedendo a Ligue-se @ Nós > Os Meus Dados > Alteração de Dados Pessoais.

IMPRIMIR OU SOLICITAR

Qualquer das declarações pode ainda ser obtida presencialmente nos locais de atendimento do SAMS, Sede ou Secção Regional do SBSI. ▶



Com espaço para aulas de formação

Reaberta delegação do Algarve

O SISEP encontrou novas instalações, em Faro, para o funcionamento da delegação. E já está a ministrar cursos de aprendizagem. O de Técnico de Informática – Sistemas ainda tem algumas vagas

Textos | Jorge Cordeiro

A pós o encerramento das instalações de Gambelas (Faro), onde funcionou entre maio de 2001 e maio de 2015, o SISEP procurou um novo espaço onde pudesse disponibilizar os seus serviços, mais próximo dos seus associados.

Nesse sentido, no início de 2016 foi estabelecido um protocolo com a Associação Nacional de Jovens Empresários (ANJE) e o Sindicato passou a dispor de excelentes condições, quer de funcionamento administrativo – com um gabinete e sala de reuniões, onde também poderão ser recebidos os associados e ser-lhes prestado todo o apoio de que necessitem –, quer na

área da formação, com várias salas devidamente equipadas, nomeadamente ao nível informático.

Assim, a delegação regional do SISEP funciona agora no Edifício Ninho de Empresas - Gabinete 14, sito na Rua Monsenhor Henrique Ferreira Silva, n.º 9 (em frente ao Pingo Doce da Penha) em Faro, com os telefones 289 098 286 e 936 142 910, ou em www.sisep.pt

ÚLTIMAS INSCRIÇÕES

Relativamente à formação, recorde-se que estão abertas as últimas inscrições para o curso de Técnico de Informática –

Sistemas, recentemente iniciado, nas referidas instalações.

Este curso, inserido na tipologia de Cursos de Aprendizagem, é regulado pela Portaria n.º 1497/2008 de 19 de dezembro, e se concluído com aproveitamento confere equivalência escolar ao 12.º ano e Certificação Profissional de nível 4.

É, pois, com votos de um 2016 repleto de sucesso, profissional e pessoal, que o SISEP reitera a sua disponibilidade para apoiar os seus associados em particular, e de uma forma geral todos os formandos que vejam a formação como uma ferramenta para aumentar as suas qualificações pedagógicas e profissionais. ■



Para que serve a escola?

A missão da escola é desenvolver o sentido do verdadeiro, o sentido do bem e o sentido do belo

Textos | Carlos Calçada*

Vamos pensar e meditar sobre para que servem as escolas; se a maioria dos pais deve continuar ausente da escola; se os professores devem continuar a pensar que os pais são uns intrusos nas escolas.

A escola é uma instituição concebida para ensinar os nossos filhos (alunos) sob a direção de professores e através dos sistemas formais de educação: ensino básico, ensino secundário e ensino superior.

A grande maioria compartilha um grande respeito pela educação escolar, por esse motivo pretendemos que os nossos filhos frequentem as melhores escolas. E o que será a melhor escola?

A escola é uma instituição que prepara para a vida, garante a aptidão para o trabalho. As escolas são também espaços organizados para o ensino e aprendizagem. As salas de aula, onde os professores ensinam e os alunos aprendem.

A educação não pode ser neutra: ou é positiva ou negativa; ou enriquece ou empobrece; ou faz crescer ou deprime. A missão da escola é desenvolver o sentido do

verdadeiro, o sentido do bem e o sentido do belo. Como acabei de exprimir, temos que amar a escola porque nos educa para o verdadeiro, para o bem e o belo.

A IMPORTÂNCIA DO PROFESSOR**

Em um mundo globalizado, onde as informações transitam com a velocidade do pensamento, ainda resta espaço para uma entidade informar alunos? Por que existem professores? Serão eles defensores de uma profissão falida? Os professores de hoje não são, afinal de contas, tocadores de realejo que a tecnologia extinguiu?

Quero afirmar que os professores nunca tiveram um papel tão crucial no nosso futuro coletivo.

As escolas existem e não podem deixar de existir por três finalidades básicas e outras três distintas. Só vou referir duas finalidades. A primeira é situar-se como um ambiente pródigo em socialização, onde as crianças e adolescentes aprendem a viver em comunidade. A segunda finalidade é insinuar-se como um ambiente que prepara o ser humano para o trabalho.

ESCOLA PÚBLICA

Há quem afirme que as escolas públicas estão para ser extintas. Pura ilusão, pois as

escolas públicas têm tendência para serem cada vez mais fortes.

Mas temos que ter consciência que o País tem falta de recursos financeiros. Por isso torna-se necessário termos consciência da falta dos recursos financeiros, de que uma das causas é a falta de crescimento – só o ano passado se começou a crescer, mas muito pouco, assim como a própria Europa está a crescer a um ritmo muito baixo. Por esse motivo vamos continuar a ter dificuldades nas nossas escolas, por esse motivo se torna necessário cada vez mais os pais participarem e estarem presentes nas escolas.

Termo solicitando aos pais para acompanharem os filhos na escola. As crianças não pediram para nascer, por esse motivo temos toda a responsabilidade para os acompanhar e fazer parte das associações de pais.

Vou deixar uma mensagem do Papa Francisco aos pais separados: “Não façam dos filhos reféns”, já que, por vezes, nas discussões “são os filhos que carregam o peso da separação”.

Outra mensagem do Papa Francisco: “Os pais não devem auto-excluir-se da educação dos filhos, mas reapropriar-se do seu papel insubstituível!”

*CPS/PSD em representação dos TSD

**Subtítulos da responsabilidade da Redação

SINDICALIZAR-ME PARA QUÊ?



Ser sindicalizado... eis a questão!

As relações laborais são atualmente mais superficiais e frágeis, o que contribui para a precariedade do trabalho. A importância de ser sindicalizado começa aqui

Já lá vai o tempo em que ser sindicalizado era uma obrigação instituída naturalmente.

A democracia veio consagrar como um direito dos cidadãos a possibilidade de livremente quererem ou não participar em determinada associação sindical.

A partir do momento em que a sindicalização passou a ser uma opção livre começou a questionar-se as vantagens e a importância de se ser sindicalizado.

As relações laborais são atualmente mais superficiais e frágeis, o que contribui

para a precariedade do trabalho. Logo, a importância de Ser Sindicalizado começa a partir daqui.

Se dúvidas houver quanto à importância de ser ou não ser sindicalizado eis algumas das vantagens:

Atendimento jurídico de excelência com especialistas na área do direito do trabalho;

Desconto em protocolos celebrados com diversos parceiros, nas mais variadas áreas, para o associado e respetivo agregado familiar;

Dedução da quotização acrescida de 50% em sede de IRS;

Aplicação automática do Acordo Coletivo de Trabalho;

Desconto de 25% nos seguros em nome próprio;

Sendo sócio pertencerá também à maior Federação sindical de Portugal (FEBASE), podendo usufruir de todas as atividades promovidas por esta Federação.

**Trabalhador sindicalizado
está mais seguro!**



Centenário d'A Pátria em Évora

Organizada pelo Clube CHAPAS, a festa dos 100 anos da seguradora alentejana juntou muitos interessados na história da extinta companhia

Texto | Vítor Alegria



O Clube História e Acervo Português da Actividade Seguradora, conforme anunciado no número da revista Febase n.º 57, festejou em Évora os 100 anos da seguradora "A Pátria – Sociedade Alentejana de Seguros".

Por iniciativa do Clube CHAPAS, foi evocado, a 27 de novembro de 2015, no salão nobre da Câmara Municipal de Évora, o exemplo de sucesso da seguradora que nasceu em plena I Guerra Mundial e integrou a Mundial-Confiança em 1975.

As intervenções foram produzidas por Vítor Alegria (Clube CHAPAS)

Eduardo Luciano (Vereador da Cultura da CME), Paulo Guimarães (Professor da Universidade de Évora) Pedro Seixas Vale (APS) e o Comendador Rui Nabeiro (mediador nomeado pela Pátria, em 1971).

O evento contou com a presença de uma centena de convidados, entre colegas da atividade seguradora e familiares, colegas da banca, estudantes, cidadãos eborenses e colecionadores de chapas de seguros portugueses e espanhóis.

O Clube CHAPAS inaugurou no mesmo dia, nos claustros pequenos do Colégio Espírito Santo (Universidade de Évora) a



exposição "A Pátria, hoje seriam 100 anos", que esteve acessível ao público até ao dia 11 de dezembro.

Foi possível dar a conhecer às novas gerações académicas da Universidade de Évora e aos eborenses em geral a história de uma seguradora nascida nesta cidade e que conseguiu ser um exemplo nacional.

A direção do Clube CHAPAS manifestou publicamente a vontade de voltar a Évora e poder continuar a recolher e estudar a história da seguradora A Pátria. O vereador da cultura da CME manifestou o desejo de que Évora seja escolhida para receber o museu do Seguro. ■



Projetos Intervenção Social

Promover a cidadania em Benfica

Partindo do artigo elaborado no número anterior da revista, destaca-se agora outro projeto de intervenção social da Jovens Seguros: o Projeto ReTrocas-E5G, dedicado a famílias dos bairros do Calhariz, Bom-Pastor e Boavista, em Lisboa

Texto | Joana Silva*



Alternativa – turma de ensino a crianças de etnia cigana, em abandono escolar; WebTrocas – plataforma online de troca de bens e serviços; Cursos de Monitores de Campos de Férias e Estágios Profissionais; Eventos Comunitários – conjunto de eventos na freguesia de Benfica, na qual o projeto participou e contribuiu (mercados de Natal, arraiais dos Santos Populares, feiras da Bagageira); Acompanhamento e Formações nas áreas de Informática; Percurso de Turismo e Aventura, entre outras.

É ainda de destacar o Escolhas CUP e o BBV Music Fest, atividades idealizadas e realizadas pelos jovens que, além de promover o encontro e convívio entre vários projetos Escolhas, permitiu aos jovens organizadores desenvolverem competências empreendedoras, de dinamização comunitária, aliada às componentes desportivas e artísticas.

Todas estas atividades foram possíveis dado o apoio de diversas entidades/colaboradores que direta ou indiretamente contribuíram para o seu sucesso através de contributos materiais e de voluntários (como a receção e acolhimento de estagiários, workshops, etc.). Foram três anos de intervenção com múltiplas conquistas, assentes sempre na premissa de acreditar que é na inclusão que reside a mudança tendo capacitado da melhor forma todos os participantes do projeto.

NOVOS PROJETOS

Em função de todo o trabalho realizado, e face aos resultados conquistados e feedback recebido por diferentes entidades, a Jovens Seguros decidiu voltar a apostar no desenvolvimento de projetos de intervenção, elaborando desta forma novas candidaturas, por mais três anos. E foi no dia 22 de janeiro que foram anunciados os resultados das candidaturas a uma nova geração, tendo, mais uma vez, a Jovens Seguros conquistado dois projetos: ReTrocas-E6G e o Espaço LX-E6G, projetos estes com uma duração de três anos.

Em nota de conclusão, gostaríamos de agradecer a todas as entidades/sócios/colaboradores que tanto contribuíram para o sucesso dos projetos. ▀

*Coordenadora do projeto

A Jovens Seguros – Associação para o Desenvolvimento Ocupacional embarcou no início de 2012 numa nova etapa com o desenvolvimento e implementação de projetos de intervenção social. Ao abrigo do programa Escolhas, elaborou duas candidaturas para dois territórios da zona de Lisboa – Intendente e Benfica – candidaturas essas aprovadas com distinção. Importa agora dar a conhecer o projeto ReTrocas-E5G que iniciou a sua intervenção em janeiro de 2013 e terminou no dia 31 de dezembro de 2015.

O projeto ReTrocas-E5G surgiu, tal como o IntendArte-E5G, da necessidade de uma intervenção de cariz social e comunitário identificada pela Junta de Freguesia de Benfica. Em paralelo ao projeto IntendArte-E5G, foi feita uma candidatura para os dois bairros de intervenção social da freguesia: Bairro do Calhariz e Bom-Pastor. Face à ambição e sucesso da mesma, estendeu-se a intervenção ao Bairro da Boavista, passando desta forma a incidir o trabalho em três realidades distintas com diversas faixas etárias. Todos os

territórios, caracterizados como locais de grande vulnerabilidade socioeconómica, com múltiplos fenómenos de desemprego/desestruturação familiar, foram alvo de diversas atividades que pretenderam ir ao encontro das problemáticas identificadas ao longo dos três anos de intervenção.

IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

Durante 36 meses envolveram-se 553 indivíduos, entre crianças, jovens e familiares. Apostou-se ao longo dos anos na realização de um conjunto de atividades que visassem promover a igualdade de oportunidades, através do acesso a atividades com potencial formativo e qualificante, atividades lúdico-pedagógicas, empreendedoras para a consciencialização comunitária e de cidadania, entre outras. Aliaram-se assim aos aspetos formativos às componentes lúdicas, de forma a ocupar os participantes em atividades que fossem ao encontro dos seus interesses e que potenciassem o seu desenvolvimento psicossocial, emocional, cognitivo e moral, sem esquecer o fator da empregabilidade. O projeto passou a ser um local de confluência habitual, procurado diariamente pelos seus participantes, promovendo diálogo multicultural entre as comunidades.

Importa referir atividades que marcaram todo o percurso de intervenção nestes 36 meses, tais como: Banco Alimentar – distribuição de bens alimentares a famílias carenciadas; Turma de Resposta





SBC reúne-se com bancários abrangidos pelo ACT

Em reuniões com elevada participação de associados, o Sindicato tem explicado aos trabalhadores o que já foi alcançado nas negociações com as instituições de crédito relativamente a uma nova convenção coletiva

A Direção do Sindicato dos Bancários do Centro tem efetuado diversas reuniões com trabalhadores das instituições de crédito subscritoras do ACT do Setor Bancário.

Ao fim de três anos de longas e duras negociações, o processo de revisão do ACT entra numa fase decisiva.

Importa informar os trabalhadores, auscultar as suas posições e ideias, e negociar com as instituições de crédito o desblo-

quear das cláusulas a que ainda não foi possível chegar a um acordo de princípio.

Das reuniões já realizadas nas capitais de distrito, todas elas foram bastante participadas, com muitas questões e esclarecimentos por parte dos sócios, nomeadamente quanto às seguintes matérias:

- Tabela salarial;
- Prazo para a próxima e última promoção por antiguidade;
- Progressão salarial no futuro;
- Criação de um prémio de final de carreira, por contrapartida ao prémio de antiguidade e sem perda de direito aos valores já vencidos;
- Mobilidade geográfica;



– Modelo de contribuições para o SAMS, por parte da entidade patronal.

Estas são matérias em divergência entre as partes e agora objeto de apreciação.

NEGOCIAÇÕES DURAS

Face à proposta das IC – que tinha o objetivo claro de reduzir custos com pessoal e desregulamentar as relações de trabalho no setor –, os entendimentos já alcançados são fruto de uma grande batalha dos Sindicatos da Febase à mesa de negociações.

Nas reuniões já havidas, os trabalhadores têm colocado ao SBC a necessidade de uma revisão da tabela salarial, pois desde 2010 que os bancários não têm aumentos salariais.

Os Sindicatos darão nota das reuniões a efetuar, onde as matérias de divergência venham a ser mitigadas, e se possa chegar a um acordo de princípio em que o “Novo Acordo” dignifique a profissão de bancário e os direitos laborais. ■



Profunda remodelação nos postos clínicos



O SBC vai dar continuação à transformação e ampliação da sua rede de unidades de saúde. Na Guarda começarão brevemente as obras de construção de um novo Posto e seguir-se-á a beneficiação do de Coimbra

Remonta ao ano de 1978, quando foi criado em Coimbra o primeiro Posto Clínico dos SAMS-Centro.

Após esta data e fruto da procura acentuada por parte dos seus associados, houve necessidade de diversificar.

Primeiro, pelas capitais de distrito da área geográfica do SBC – Guarda, Leiria e Viseu e posteriormente nas cidades de Caldas da Rainha e Figueira da Foz, este último em 2002.

O sucesso dos Postos Clínicos foi tal que foi preciso proceder a obras de ampliação em alguns deles, bem como, noutras situações, à mudança para novos e maiores espaços.

Na senda da constante evolução e na procura de ir ao encontro dos anseios dos associados e beneficiários, o Conselho de Gerência dos SAMS fez do ano de 2015 um marco no desenvolvimento dos seus Postos Clínicos.

Para tal, procedeu a obras profundas na remodelação dos Postos Clínicos de Leiria, Viseu, Caldas da Rainha e Figueira da Foz.

Com um investimento bastante significativo, dotaram-se as instalações com novas funcionalidades, com vista a providenciar os melhores cuidados àqueles que procuram os SAMS para solucionar os seus problemas de saúde.

Nesse sentido, muito contribuíram as aquisições efetuadas em novos equi-

pamentos de última geração, em diversas especialidades, nomeadamente em Estomatologia e Oftalmologia.

NOVIDADES

Muito em breve, será dado início às obras de construção do novo Posto Clínico da Guarda, que, com a sua localização privilegiada, irá certamente oferecer aos associados daquela cidade e de todo o distrito uma renovada prestação de cuidados de saúde.

O Conselho de Gerência espera, ainda durante o corrente ano, dar notícias sobre as obras de remodelação e beneficiação que pretende levar a cabo no Posto Clínico de Coimbra, pois a constante evolução das tecnologias da saúde e o seu interesse em acompanhá-las, assim incentiva o SBC. ■

SBC RENOVA WEBSITE

Plataforma web completamente renovada
Nova Imagem e Novas Funcionalidades
Maior interatividade

SAMS

Serviços online

Agenda de eventos e Atividades

Adesão online de Sócios

Gestão de dados pessoais

Novidades e Destaques

Pesquisa e Listagem de Protocolos

Inscrição on-line em atividades

Consulta e Disponibilidade de Alojamentos

Possibilidade de marcação

de Consultas on-line no SAMS (brevemente)



sibace.pt



Aspeto parcial da reunião

SBN reúne-se com trabalhadores do ex-Banif transferidos para a empresa veículo

O Sindicato dos Bancários do Norte reuniu-se com todos os trabalhadores do ex-Banif que foram transferidos para a empresa veículo Oitante S.A.

No encontro estiveram presentes o Presidente e o Vice-Presidente da Direção, Mário Mourão e Teixeira Guimarães, os responsáveis pelo Pelouro da Atividade

Sindical, José António Gonçalves e João Carvalho Silva, e ainda o responsável pelo Contencioso, Gouveia Coelho.

Esta reunião teve lugar depois da efetuada com os responsáveis do Ministério do Trabalho e das Finanças, respetivamente Vieira da Silva e Mário Centeno, na qual foi feita uma análise sobre a forma

como todo o processo se desenrolou, bem como traçadas as perspetivas para os trabalhadores agora transferidos para a empresa veículo.

Havendo alguma similitude deste processo com o anteriormente decorrido no BPN, foram discutidas propostas por parte dos trabalhadores, tendo em vista obter soluções que permitam salvaguardar os postos de trabalho.

No final e depois de todos os intervenientes terem exposto as suas posições, foi decidido que, sempre que necessário e havendo novas informações sobre a evolução do processo, se voltarão a efetuar novas reuniões, ao mesmo tempo que, por parte de Gouveia Coelho, foi feito um apelo para que os trabalhadores nada assinem sem consultar o Contencioso do SBN, que estará disponível para acompanhar todo o desenrolar dos acontecimentos.

O SBN continuará a acompanhar os associados, procurando defender os postos de trabalho agora ameaçados. ■



Da esquerda para a direita: Correia da Silva (Comissão Sindical de Empresa do ex-BANIF), José António Gonçalves, Teixeira Guimarães, Mário Mourão, Gouveia Coelho e João Carvalho Silva

Assembleia-geral extraordinária

Revisão parcial estatutária | Participa e vota

3 de março

Comissão Sindical de Delegação de Chaves

"Falar do futuro? Nem pensar! Apenas do presente..."

A instabilidade no setor gera uma grande preocupação nos trabalhadores, sempre com receio de repercussões nos postos de trabalho e nas carreiras

João Pereira (coordenador) e Ana Valverde foram os elementos da Comissão Sindical de Delegação de Chaves (que abarca também os concelhos de Montalegre, Valpaços e Boticas) com quem conversámos

P – Como caracterizam a atual situação que se vive na banca?

R – Pois. É por aí, nomeadamente, que se nota a grande instabilidade existente no setor financeiro português – em particular na banca –, o que gera uma grande preocupação nos colegas, sempre com receio de repercussões nos postos de trabalho e vivendo uma enorme incerteza nas carreiras. Em todos os locais de trabalho é mais que evidente esse clima de grande preocupação, que é nossa também, como é óbvio.

P – Quais são os principais sentimentos que esses mesmos colegas vos transmitem?

R – Como já referimos, o de incerteza, mas também o de desconfiança. Nessas situações, por vezes sentimos que, mais do que representantes sindicais, se calhar deveríamos ser psicólogos. É que, por outro lado, as informações que eles anseiam, não somos nós quem as tem – são as estruturas patronais.

P – E as queixas que mais se fazem ouvir?

R – Todas elas acabam por entroncar, naturalmente, no referido clima. Mas, muito especificamente, existe a questão do SAMS, radicada, por exemplo, nas participações, que registam, embora esporadicamente, algumas demoras. Claro que, quando detetamos essas queixas, procuramos que elas tenham solução. Por outro lado, se é certo que a situação já esteve pior, também é verdade que ainda não está bem. Entretanto, continua a haver poucos



João Pereira e Ana Valverde, com José António Gonçalves (ao meio), coordenador do pelouro de Sindicalização e Dinamização Sindical do SBN

médicos disponíveis, uma vez que as nossas tabelas são baixas e que se mantém a relutância do SAMS em celebrar acordos com algumas entidades prestadoras de cuidados de saúde – há neste momento muitos casos pendentes, em relação aos quais ainda não existem respostas.

É certo que temos um dos melhores sub-sistemas de saúde existentes em Portugal, pelo que é pena permanecerem estas dificuldades, que provocam constrangimentos na nossa ação sindical, face às questões que os bancários nos colocam no domínio da saúde. Pela nossa parte, estamos em crer que seria necessário passar mais maciçamente a informação do que de melhor temos neste campo, porque há áreas, como nas cirurgias, em que as participações do nosso SAMS são muito superiores. É isso que dizemos aos colegas, mas não basta. Tem de haver uma grande campanha a outro nível, com uma informação pormenorizada do que nós comparticipamos. Isso faz-nos imensa falta, como instrumento de trabalho, no nosso dia-a-dia.

PEDIDOS DE APOIO

P – Nas vossas deslocações aos balcões têm encontrado problemas concretos para cuja resolução é pedida a vossa colaboração?

R – Sem dúvida! Para só citarmos um exemplo, referimos o que se passa no que diz respeito a situações que se prendem com processos disciplinares. Nessas circunstâncias, disponibilizamo-nos de imediato para servir como “linha direta” para o Contencioso do SBN. Mas também somos

confrontados com dúvidas de todo o género, que nos apressamos a esclarecer, quer imediatamente, quer, quando isso não está ao nosso alcance, através dos Serviços Jurídicos do Sindicato ou da Direção. Esse é, sem margem para qualquer dúvida, um dos pontos fortes da nossa atuação e do SBN. E é para nós um ponto de honra sabermos que os Serviços Jurídicos não falham. Bem, é certo que talvez às vezes até os pressionemos um pouco demais...

P – No domínio do lazer, qual é a principal atividade da delegação?

R – O S. Martinho. Isto é: um encontro, cheio de tradição, organizado para os associados e aberto aos familiares. De sublinhar a presença maciça de colegas reformados... É um grande convívio! Gostaríamos de destacar ainda a festa de Natal, destinada aos filhos dos associados, mas também aberta a familiares, em que distribuímos prendas à criançada, compradas – sublinhe-se – no âmbito do orçamento anual atribuído à delegação...

P – Para finalizar: os vossos objetivos...

R – Em primeiro lugar, evitar a saída de associados, o que, por vezes, se torna tarefa muito difícil e externa ao próprio Sindicato, uma vez que, por exemplo, continua no horizonte o encerramento de balcões. Por outro lado, o aprofundamento da relação com os Serviços Jurídicos do SBN, uma vez que o futuro do setor financeiro parece fazer prever nova onda de rescisões no setor. Enfim, não nos atrevemos a perspetivar o futuro, porque o futuro é hoje. E cada vez mais temos de atuar em cada minuto que passa... ▶



Valença



Chaves

Ainda as festas de Natal em

Bragança, Chaves, Mirandela, Peso da Régua e Vila Real são as restantes delegações do Sindicato onde também realizaram festas de Natal

Texto | Francisco José Oliveira

Conforme prometemos na passada edição da Revista Febase, damos hoje notícia das restantes festas de Natal efetuadas nas delegações do SBN, cujos eventos respetivos não nos foi possível efetuar naquele número.

Assim, a região de Bragança comemorou a data na delegação, com a entrega de prendas e lanches às dezenas de crianças presentes, por uma Mãe Natal – que sorria ao ver tanta felicidade –, durante uma festa que decorreu das 15 às 18h30. Luzes, brilho, sonhos, alegria e solidariedade foram as notas de maior destaque, numa altura destinada a presentear os mais novos.

Desta forma, ano após ano, a Mãe Natal bragantina cumpre a sua tarefa de manter a magia da época para todas as crianças, filhas dos associados do SBN, que dela se aproximam na delegação do sindicato.

A região de Chaves optou por fazer a sua festa, das 16 às 18 horas, no bar da Ilha do Cavaleiro, na zona histórica da cidade.

Relativamente à delegação de Mirandela, fez um almoço no restaurante “Montanhês”, em Macedo de Cavaleiros, com a participação de mais de uma centena de convi-



Mirandela



Bragança

delegações do SBN

vas. O coordenador, Luís Batista, salientou o trabalho realizado, nomeadamente o apoio dado aos associados, sobretudo na área da saúde. Para encerrar, Graça



Régua

Patrício, também membro daquela estrutura, desejou a todos os sócios, à semelhança do antecessor, um santo e feliz Natal e um bom ano de 2016.

Já quanto à região do Peso da Régua, o espaço escolhido foi a escola secundária Dr. João de Araújo Correia, onde decorreu um espetáculo de circo, muito apreciado pelos presentes – designadamente pela pequenada.

Seguiu-se uma distribuição de lembranças e um lanche. A confraternização

terminou com uma intervenção do coordenador da delegação, Alfredo Soeiro.

No que diz respeito à região de Valença, os festejos pautaram-se pela exibição de um filme infantil no cineteatro de Vila Nova de Cerveira, após o que foi servido um lanche aos participantes e distribuídas lembranças às crianças presentes.

Por fim, a delegação de Vila Real fez exibir um filme infantil no Centro Comercial Dolce Vita. No final do espetáculo foi servido um almoço volante no Hotel Miracorgo. ▶

A PERDA DE AUDIÇÃO JÁ NÃO É UMA NOVELA.

Procure a ajuda do seu audiologista WIDEX e ouça o que a vida tem de melhor.

3 VANTAGENS ÚNICAS PARA O BENEFICIÁRIO SAMS:

1. Os melhores especialistas do país em reabilitação auditiva.

Aparelhos auditivos de alta definição WIDEX, com condições especiais.

2. Serviço com Certificação de Qualidade ISO 9001/2008*

Audiologistas licenciados e um serviço pós-venda único em 24 horas garantem que retirará o máximo proveito do seu aparelho auditivo WIDEX.

3. Melhoria da sua qualidade de vida.

Tome uma iniciativa pela sua audição e aproveite o que a vida tem de melhor.



OFERTA DISPONÍVEL

no centro Clínico Ambulatório do SAMS, Serviço de Audiofonologia, em Lisboa, ou em qualquer CENTRO AUDITIVO WIDEX em todo o país.

Saiba tudo sobre a sua audição em www.widex.pt



Nº verde gratuito

800 200 343

1ª CONSULTA GRÁTIS
Informações adicionais
em www.widex.pt



WIDEX®
CENTROS AUDITIVOS

Almada | Angra do Heroísmo | Amora | Aveiro | Braga Parque | Campo Maior | Cascais* | Castelo Branco* | Coimbra* | Covilhã | Évora | Faial | Faro* | Funchal
Guarda | Guimarães | Leiria* | Lisboa 5 de Outubro* | Lisboa Colombo | Pico | Ponta Delgada | Portalegre | Porto* | Santarém | Setúbal* | Sines | Tavira | Vendas
Novas | Viana do Castelo | Viseu — *(Centros Auditivos com atividade certificada).